**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ ELEITORAL DA 7ª ZONA ELEITORAL DA COMARCA PACARAIMA/RR**

KLEUDISON MOTA WANDERLEY, candidato a prefeito nas eleições de 2024 de Amajari – RR pela coligação “UM NOVO FUTURO PARA O AMAJARÍ” (PODE / PDT / MDB), vem perante Vossa Excelência, com o devido acato e respeito, por intermédio de seus advogados abaixo assinados, com fundamento nos art. 22, caput, c/c o art. 24, ambos da LC nº 64/90, apresentar

|  |
| --- |
| **AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL** |

por abuso do poder econômico, em face de **NÚBIA COSTA LIMA** e **GLEYCE MORAES BEZERRA MOTA**, candidatas a prefeita e vice-prefeita, respectivamente, pela coligação “AMAJARI PARA TODOS” (PP / REPUBLICANOS / Federação PSDB CIDADANIA(PSDB/CIDADANIA), pelos motivos fáticos e jurídicos a seguir coligidos.

1. dos fatos

As eleições para o cargo de prefeito de Amajari/RR, nas quais concorreram KLEUDISON MOTA WANDERLEY, pela coligação "UM NOVO FUTURO PARA O AMAJARI" (PODE / PDT / MDB) que teve EDUARDO MAGALHÃES como candidato a vice, e NÚBIA COSTA LIMA, pela coligação "AMAJARI PARA TODOS" (PP / REPUBLICANOS / Federação PSDB CIDADANIA (PSDB/CIDADANIA), que teve GLEYCE MORAES BEZERRA MOTA como candidata a vice, foram marcadas por um **expressivo e inesperado aumento no número de eleitores registrados no município**.

A presente eleição foi uma guerra totalmente injusta, sendo que de um lado a atual Prefeita Núbia Costa Lima (Progressistas) possuía uma força descomunal, usando não somente máquina pública municipal para contratar pessoas, mas possuía um forte apoio financeiro e renomados apoiadores, sendo alguns destes cassados por crimes eleitorais e outros por desvio de verbas públicas. Vejamos a lista de apoiadores: **Governador Antonio Denarium (Progressistas)**, **Vice-Governador Edilson Damião** (Republicanos), **Deputado Estadual Marcelo Cabral (Cidadania)** que é cunhado da Prefeita Núbia Lima, **Ex-Prefeito do Amajari, Rodrigo Cabral (INELEGÍVEL)**, irmão do Deputado Estadual Marcelo Cabral e esposo da Prefeita Núbia Lima, **Ex-Prefeito do Amajari Moacir Mota (INELEGÍVEL)**, marido da candidata a vice-prefeita Gleyce Mota, **Secretário de Finanças do Município de Caracaraí e empresário, dono da Pousada Canto das Araras localizada no Vila do Tepequém Adelson Soreano da Silva (PDT)**, **Senador Messias de Jesus (Republicanos), Senador Hiran Gonçalves (Progressistas) , Senador Chico Rodrigues (União Brasil), Deputado Federal Gabriel Mota (Republicanos), Deputado Federal José Haroldo Figueiredo Campos, também chamado de Zé Haroldo Cathedral (PSD)**, dentre outros.

Já o candidato Kleudison Mota Wanderley, só possuía ao seu lado a sua própria família, o povo de Amajari e Deus, fazendo uma campanha limpa e andando com suas próprias pernas.

A disparidade de armas entre Núbia Lima e Kleudison Wanderley é de saltar aos olhos, uma verdadeira luta de “Davi contra Golias” sendo demonstrada do decorrer dessa peça.

Dados fornecidos pelo Tribunal Superior Eleitoral **(TSE)** revelam que, enquanto o eleitorado local contava com 5.327 eleitores em 2012, 6.185 em 2016 e 6.019 em 2020, em 2024 observou-se um salto para **7.545 eleitores**. Esse crescimento se torna ainda mais alarmante quando comparado à população do município, que, segundo o último **CENSO**, é de 13.927 habitantes, e aos dados de janeiro de 2023, que indicavam a existência de apenas 6.483 eleitores na localidade. Esse número aumentou para 7.022 eleitores em janeiro de 2024, culminando em 7.545 eleitores no período eleitoral. A relevância dessa variação no resultado das eleições é clara, especialmente considerando a diferença de apenas 182 votos entre os candidatos.

Há **indícios robustos** de que esse incremento no número de eleitores pode estar associado a práticas de aumento artificial do eleitorado, realizadas com o intuito de influenciar o resultado do pleito, uma vez que ao comparar os resultados obtidos pela candidata Núbia Lima nos pleitos municipais de 2016[[1]](#footnote-1), 2020[[2]](#footnote-2) e 2024[[3]](#footnote-3), onde no primeiro foram obtidos **1.547 votos válidos**, no segundo foram obtidos **1.548 votos válidos** e no terceiro foram obtidos **3.127 votos válidos**, observou-se um crescimento substancial de 1.579 votos válidos, corroborando com os 1.526 votos transferidos para o município de Amajari entre uma eleição e outra.

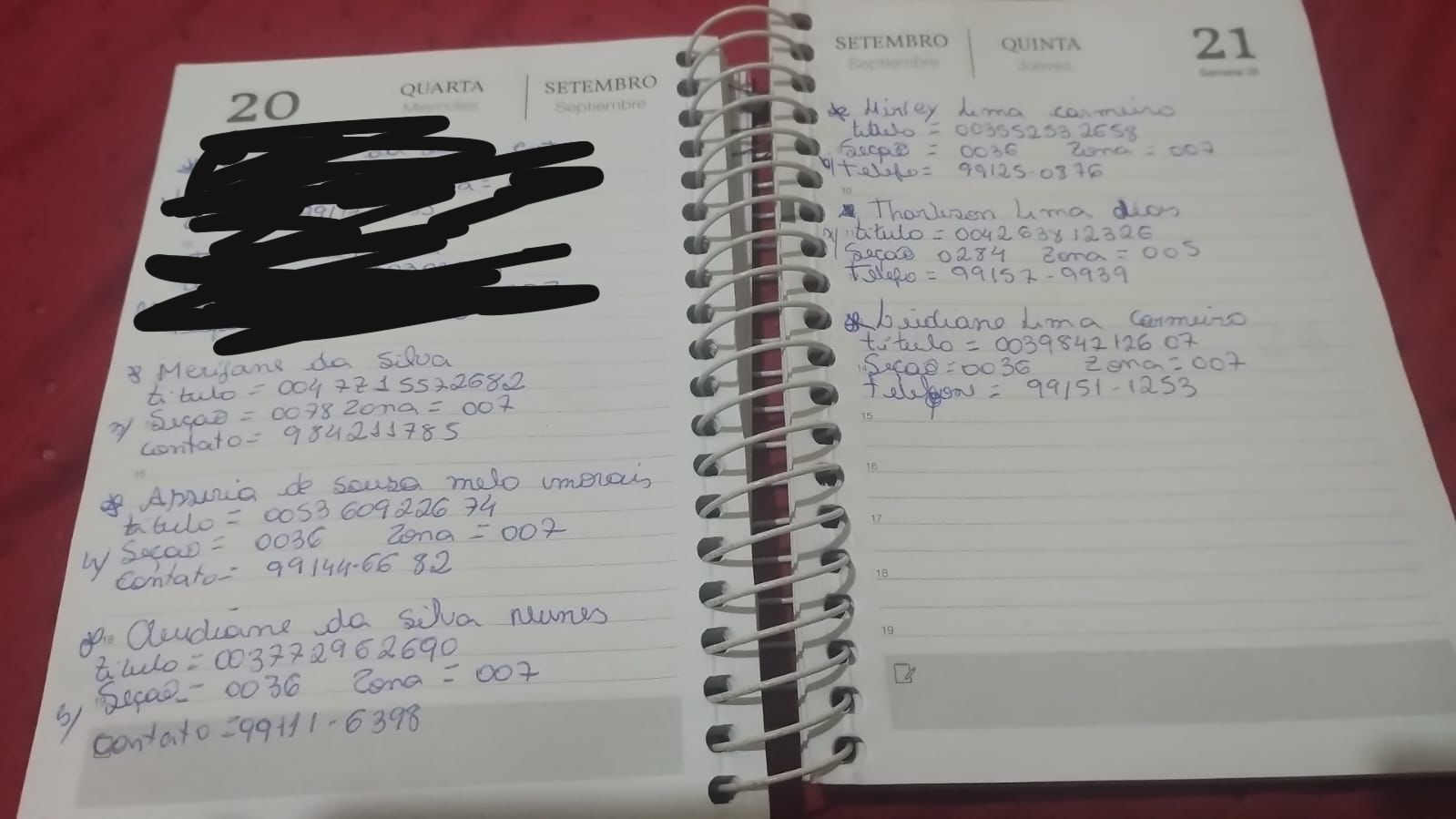
Registre-se que a Família Cabral, a qual a candidata Núbia Lima é parte, há anos está perpetuada no poder no município de Amajari, mas nunca alcançou uma votação tão expressiva tal qual nesse pleito. Vejamos um demonstrativo obtido na plataforma do TRE/RR:

* Nas eleições municipais de 2008, Rodrigo Cabral (marido da candidata Núbia Lima) foi eleito com **1.814 votos**;
* Nas eleições municipais de 2012, Rodrigo Cabral (marido da candidata Núbia Lima) concorreu à reeleição, mas foi derrotado com **1.682 votos**;
* Nas eleições municipais de 2016, em razão da condição de inelegível de Rodrigo Cabral, Núbia Lima disputou o pleito e foi derrotada com **1.547 votos**;
* Nas eleições municipais de 2020, em razão da condição de inelegível de Rodrigo Cabral, Núbia Lima disputou o pleito e foi eleita com **1.548 votos**;
* Por fim, nas eleições municipais de 2024, ainda em razão da condição de inelegível de Rodrigo Cabral, Núbia Lima disputou a reeleição e foi reeleita com surpreendentes **3.127 votos**.

Em análise pormenorizada do demonstrativo acima, verifica-se que, com exceção do pleito de 2024, não há um crescimento substancial na quantidade de votos obtidos pela Família Cabral, sobretudo nos pleitos de 2016 e 2020, onde o crescimento de votos obtidos pela candidata Núbia de uma eleição para a outra totalizou apenas **1 voto válido**.

Ademais, o Requerente possui vídeos que documentam o transporte coordenado de eleitores oriundos de outros municípios para votação em Amajari, em especial da capital Boa Vista, sem anuência do TRE/RR, uma vez que este Tribunal não registrou nenhum credenciamento de veículos para transportar eleitores, evidenciando que a prática de condução de eleitores externos foi realizada de forma estruturada e ilegal (em anexo).

Outra questão relevante, consiste no fato da existência de listas escritas à mão, que foram vazadas por meio de aplicativo de mensagens, contendo dados de eleitores que posteriormente tiveram seus domicílios eleitorais transferidos para o município de Amajari para votar no pleito de 2024, sem que houvesse qualquer vínculo com aquele local, seja pessoal ou empregatício, apenas com o objetivo de fraudar o resultado da eleição, conforme se depreende do resultado das buscas realizadas, vejamos:



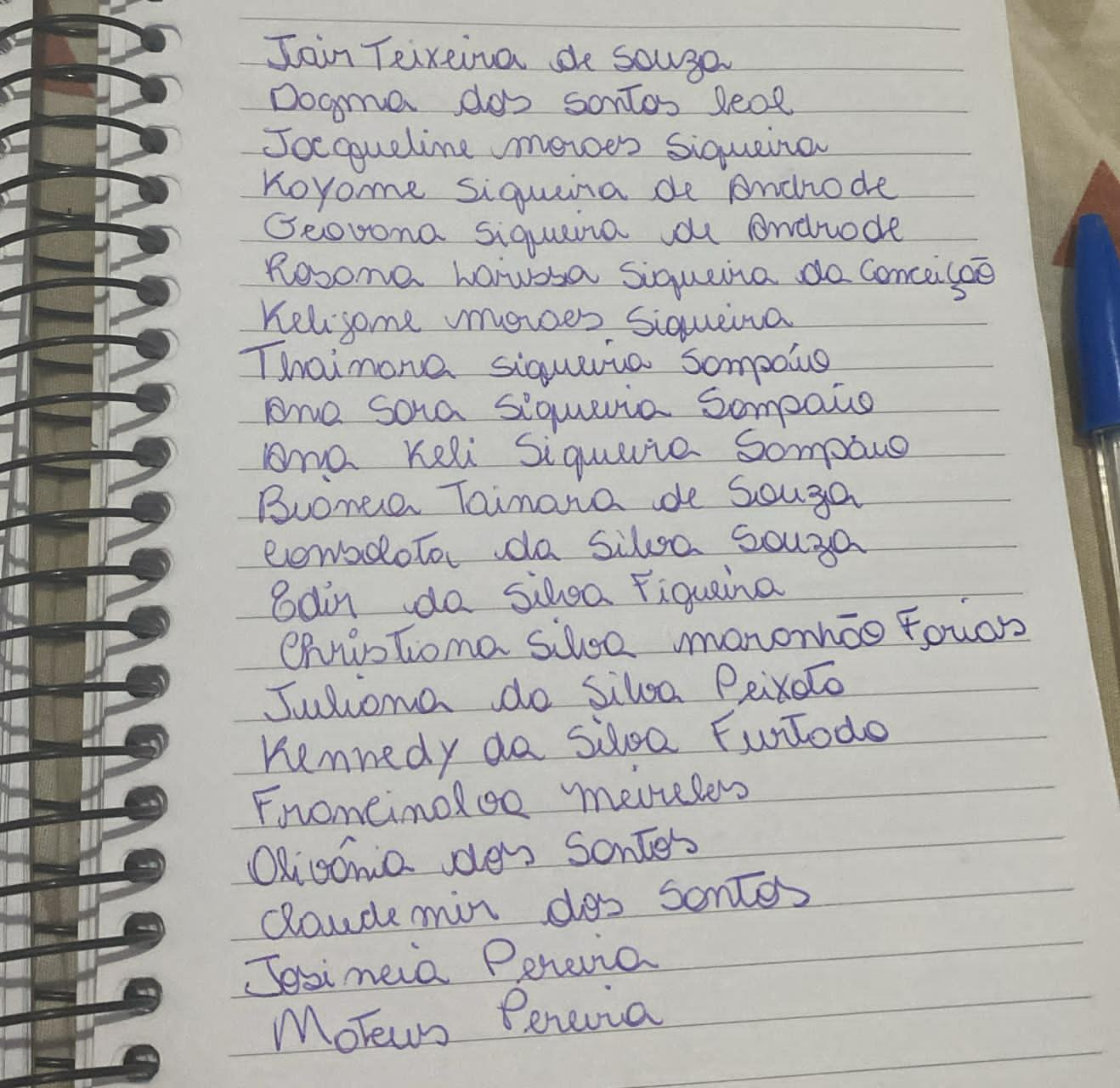
* **ASSIRIA DE SOUSA MELO MORAIS**, inscrita no CPF sob o nº 045.604.892-89, filha de Carlene de Sousa Lima da Silva, nascida em 21/05/2000, residente e domiciliada na Rua Dico Vieira, n
  + - º 53, Bairro Caimbé, em **BOA VISTA/RR**, ou Rua Traíra, nº 110, Bairro Santa Tereza, em **BOA VISTA/RR**, transferiu o domicílio eleitoral para o município de Amajari em 29/02/2024, conforme Certidão (em anexo), votou na Escola Municipal Olavo Bilac, localizada na Av. Jose Altino Ferreiro, Vila do Paiva – **VILA DO TEPEQUÉM** – Amajari/RR;



* **CLEUDIANE DA SILVA NUNES**, inscrita no CPF sob o nº 892.852.712-00, filha de Maria da Silva, nascida em 17/08/1987, residente e domiciliada na Av. Jardim, nº 989, Bloco 06, apt. 304, Condomínio Samaúma, Bairro Cidade Satélite, em **BOA VISTA/RR**, ou Rua Telma Cavalcante, nº 667, Bairro Equatorial, em **BOA VISTA/RR**, transferiu o domicílio eleitoral para o município de Amajari em 29/02/2024, conforme Certidão (em anexo), votou na Escola Municipal Olavo Bilac, localizada na Av. Jose Altino Ferreiro, Vila do Paiva – **VILA DO TEPEQUÉM** – Amajari/RR;
* **HIRLEY LIMA CARNEIRO**, inscrito no CPF sob o nº 919.989.132-87, filho de Rita de Sousa Lima, nascido em 07/10/1987, residente e domiciliado na Rua Tambaqui, nº 1113, Bairro Santa Teresa, em **BOA VISTA/RR**, e Rua Telma Cavalcante, nº 667, Bairro Equatorial, em **BOA VISTA/RR**, transferiu o domicílio eleitoral para o município de Amajari em 29/02/2024, votou na Escola Municipal Olavo Bilac, conforme Certidão (em anexo), localizada na Av. Jose Altino Ferreiro, Vila do Paiva – **VILA DO TEPEQUÉM** – Amajari/RR;
* **LEIDIANE LIMA DIAS**, inscrita no CPF sob o nº 004.224.202-98, filha de Rita de Sousa Lima da Silva, nascida em 12/08/1989, residente e domiciliada na Rua Tambaqui, nº 1113, Bairro Santa Teresa, em **BOA VISTA/RR** ou Rua Rio Amazonas, nº 853, Bairro Bela Vista, em **BOA VISTA/RR**, transferiu o domicílio eleitoral para o município de Amajari em 04/01/2024, conforme Certidão (em anexo), votou na Escola Municipal Olavo Bilac, localizada na Av. Jose Altino Ferreiro, Vila do Paiva – **VILA DO TEPEQUÉM** – Amajari/RR;

Observe, Excelência, que no caso ora em exame, tratam-se de eleitores que anteriormente votaram na capital Boa Vista, mas que para o pleito de 2024, transferiram seus domicílios eleitorais para o município de Amajari, especificamente para o mesmo colégio eleitoral situado na **VILA TEPEQUÉM**, sem a comprovação de qualquer vínculo legal com o município, e permanecem residindo em **BOA VISTA**, caracterizando conduta delituosa e manipulação no resultado das eleições, uma vez que esse crescimento desordenado e criminoso, influenciou diretamente no resultado da eleição.

De forma semelhante operou a lista a seguir:



* **JAIR TEIXEIRA DE SOUZA**, inscrito no CPF sob o nº 623.942.072-72, filho de Maria Conceição de Souza, nascido em 30/05/1970, residente e domiciliado na Vicinal 06, Confiança “11”, Zona Rural, Vila Central, no município do **CANTÁ/RR**, e Rua Renato Costa de Almeida, nº 790, Centro, no município do **CANTÁ/RR**, transferiu o domicílio eleitoral para o município de Amajari em 06/05/2024, conforme Certidão (em anexo), votou na Escola Estadual Militarizada Ovídio Dias de Souza, localizada na Av. Tepequém, s/n, Centro, **VILA BRASIL – AMAJARI/RR**;
* **JACQUELINE MORAIS SIQUEIRA**, inscrita no CPF sob o nº 768.611.632-87, filha de Maria Sousa de Morais, nascida em 05/12/1982, residente e domiciliada na Rua Armando de Souza Cruz, nº 100, Distrito Industrial, Bairro Governador Aquilino Mota Duarte, em **BOA VISTA/RR**, e Rua São Pedro, nº 548, Bairro Cinturão Verde, em **BOA VISTA/RR**, transferiu o domicílio eleitoral para o município de Amajari em 06/05/2024, conforme Certidão (em anexo), votou na Escola Estadual Militarizada Ovídio Dias de Souza, localizada na Av. Tepequém, s/n, Centro, **VILA BRASIL – AMAJARI/RR**;
* **KELIJANE MORAIS SIQUEIRA**, inscrita no CPF sob o nº 780.776.302-76, filha de Maria Sousa de Morais, nascida em 22/11/1983, residente e domiciliada na Rua Manoel Felipe, nº 4369, Bairro Cambará, em **BOA VISTA/RR**, e Rua Rio Ereu, nº 382, Bairro Professora Araceli Souto Maior, em **BOA VISTA/RR**, transferiu o domicílio eleitoral para o município de Amajari em 06/05/2024, conforme Certidão (em anexo), votou na Escola Estadual Militarizada Ovídio Dias de Souza, localizada na Av. Tepequém, s/n, Centro, **VILA BRASIL – AMAJARI/RR**;
* **TAINARA SIQUEIRA SAMPAIO**, inscrita no CPF sob o nº 044.485.412-66, filha de Kelijane Morais Siqueira, nascida em 15/03/2000, residente e domiciliada na Av. Rio Branco, nº 163, Bairro Professora Araceli Souto Maior, em **BOA VISTA/RR**, transferiu o domicílio eleitoral para o município de Amajari em 06/05/2024, conforme Certidão (em anexo), votou na Escola Estadual Militarizada Ovídio Dias de Souza, localizada na Av. Tepequém, s/n, Centro, **VILA BRASIL – AMAJARI/RR**;
* **ANA SARA SIQUEIRA SAMPAIO**, inscrita no CPF sob o nº 050.394.962-06, filha de Kelijane Morais Siqueira, nascida em 12/12/2004, residente e domiciliada na Rua Rio Ereu, nº 398, Bairro Professora Araceli Souto Maior, em **BOA VISTA/RR**, transferiu o domicílio eleitoral para o município de Amajari em 06/05/2024, conforme Certidão (em anexo), votou na Escola Estadual Militarizada Ovídio Dias de Souza, localizada na Av. Tepequém, s/n, Centro, **VILA BRASIL – AMAJARI/RR**;
* **ANA KELLY SIQUEIRA SAMPAIO**, inscrita no CPF sob o nº 079.444.132-73, filha de Kelijane Morais Siqueira, nascida em 22/02/2007, residente e domiciliada na Av. Rio Branco, nº 163, Bairro Professora Araceli Souto Maior, em **BOA VISTA/RR**, transferiu o domicílio eleitoral para o município de Amajari em 06/05/2024, conforme Certidão (em anexo), votou na Escola Estadual Militarizada Ovídio Dias de Souza, localizada na Av. Tepequém, s/n, Centro, **VILA BRASIL – AMAJARI/RR**;

Em suma, diante dos elementos coadunados à esta inicial, resta induvidoso que fora montado um verdadeiro exército criminoso com o único objetivo de atacar o processo democrático e manipular o resultado das eleições, o que de fato ocorreu, uma vez que sem as existências dessas transferências artificiais teria imperado a vontade soberana do povo de Amajari nas urnas.

Por conseguinte, não se pode olvidar que estamos tratando de um município relativamente pequeno, contando com atualmente 13.927 habitantes (dados do censo), portanto, é de opinião unívoca que entre 2020 e 2024 não foram criadas **1.526 HABITAÇÕES**, falando a grosso modo, que fossem capazes de acomodar essa quantidade expressiva de transferências de domicílios eleitorais, o que nos leva a constatar que alguns endereços estão servindo de base para a prática da conduta delituosa perante o TRE/RR.

Nesse sentido, com base em algumas denúncias recebidas por populares, seguem alguns endereços onde supostamente tem diversos eleitores cadastrados como moradores de forma fraudulenta:

* **Rua das Emas, s/n, Parque das Aves – Vila Brasil, Amajari/RR;**
* **Rua Antonio José Altino – Vila do Paiva, Amajari/RR (Pousada Canto das Araras);**
* **Av. Emidio Pinheiro, s/n, Bairro Modestino Galvão, Amajari/RR;**

Diante da gravidade dessas informações, torna-se imprescindível a produção de mais provas consistentes, requerendo-se, da Justiça Eleitoral, a disponibilização da lista dos eleitores que transferiram seus registros eleitorais para o município desde **JANEIRO DE 2023**, com a indicação de seus respectivos endereços registrados. Esse levantamento permitirá apurar a veracidade dos fatos e avaliar o impacto dessa prática no resultado das eleições, assegurando que eventuais irregularidades sejam devidamente sancionadas.

2. ABUSO DO PODER político-ECONÔMICO

O abuso de poder é previsto no art. 22 da LC 64/1990:

Art. 22. Qualquer partido político, coligação, candidato ou Ministério Público Eleitoral poderá representar à Justiça Eleitoral, diretamente ao Corregedor-Geral ou Regional, **relatando fatos** e **indicando provas, indícios e circunstâncias** e **pedir abertura de investigação judicial para apurar uso indevido, desvio ou abuso do poder econômico ou do poder de autoridade**, ou utilização indevida de veículos ou meios de comunicação social, em benefício de candidato ou de partido político, obedecido o seguinte rito:

Os fatos narrados configuram um quadro inequívoco de abuso de poder econômico e político, práticas severamente combatidas pela Justiça Eleitoral por representarem uma afronta à igualdade de condições entre os candidatos e à integridade do processo democrático. Neste caso, o aumento expressivo e artificial do número de eleitores em Amajari/RR, associado ao transporte de eleitores de outros municípios, caracteriza um desvio de poder, em que os recursos públicos e particulares são manipulados em benefício direto de uma candidatura.

Nos termos da jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o abuso de poder político “caracteriza-se quando o agente público, valendo-se de sua condição funcional e em manifesto desvio de finalidade, compromete a igualdade e a legitimidade da disputa eleitoral em benefício de candidatura própria ou de terceiros” (Respe 40898; RO 172365; RO 466997; 33230). O abuso de poder econômico, por sua vez, ocorre quando há o uso desproporcional de recursos financeiros ou materiais que podem influenciar a vontade dos eleitores, comprometendo a legitimidade e igualdade da disputa. Esse abuso pode ocorrer por meio de diversas práticas, como doações irregulares, compra de votos, ou uso da máquina pública em benefício de uma candidatura.

Neste caso, o abuso de poder econômico se manifesta pela utilização de recursos financeiros e logísticos para o transporte de eleitores externos ao município, prática que distorce a base eleitoral local e desvirtua a vontade popular. O transporte de eleitores demanda investimentos consideráveis, e o fato de eleitores serem conduzidos de outras localidades para votar em Amajari indica que houve o uso desproporcional de recursos, visando alterar artificialmente a composição do eleitorado. Esse tipo de conduta não apenas viola a autonomia dos eleitores locais, mas também implica uso abusivo de recursos que desequilibra a disputa eleitoral, comprometendo sua legitimidade.

Em razão do aumento substancial e abrupto do eleitorado, com 1.526 novos registros desde 2020, além de 523 novos eleitores apenas entre janeiro e maio de 2024, há claros indícios de que a prática configurou um abuso de poder com impacto direto no resultado do pleito, especialmente considerando que a diferença entre os candidatos foi de apenas 182 votos. Esse cenário evidencia uma tentativa deliberada de adulterar a composição do eleitorado, violando o princípio democrático e representando uma conduta grave e reprovável.

Ademais, há fortes indícios de que a remuneração de eleitores para votar em Amajari foi organizada a partir de contas bancárias vinculadas a **JARDEANE ARAÚJO DE SOUZA** e **ADELSON SOREANO DA SILVA**. Explico:

Em meados de maio de 2023, **ADELSON SOREANO DA SILVA**, iniciou uma pré-campanha visando à Prefeitura de Amajari, para tanto, iniciou visitas e passou a contratar pessoas para trabalhar em sua Pousada, Sítio e Escritório em Boa Vista, bem como, passou a enviar dinheiro mensalmente para várias pessoas espalhadas por todo o Amajari, sendo distribuídos valores de que iam de R$ 2.000,00 (dois mil reais) à R$ 10.000,00 (dez mil reais) por mês.

Um dos critérios para receber o dinheiro, além de declarar fidelidade, era transferir votos para o Município do Amajari, principalmente para **Vila do Tepequém**, **Vila Brasil (sede do município)** e **Vila dos Três Corações (BR 174)**.

O objetivo era manter um grupo fiel, criando um voto de cabresto totalmente controlável, gerando um eleitorado completamente dependente financeiramente de Adelson Soreano, fazendo com que ele chegasse ao ponto de falar a quantidade de que controlava no Município de Amajari.

Tal fato se estendeu até o dia do pleito de 2024, momento em que saiu ordem para votar em Núbia Costa Lima, tendo em vista um acordo firmando entre a Prefeita e o Adelson Soreano, para que este direcionasse “seus votos” para ela vencer.

A transferência de votos se tornou tão banal, que um dos advogados de Adelson Soreano, chamado Ricardo Augusto da Cruz Lima, transferiu seu voto de Manaus/AM para o Município do Amajari, contudo, toda sua vida pessoal e profissional funciona em Manaus/AM, não possuindo nenhum vínculo com o endereço no qual foi apresentado ao TRE/RR, sendo certo que este não sabe nem o endereço eleitoral que está registrado.

Torna-se necessário destacar que na semana que antecedeu a eleição, as movimentações financeiras de Adelson Soreano e de sua Secretária Jardeane Souza se intensificaram de forma drástica, pois havia a necessidade de custear toda a logística de transporte das pessoas que estavam indo de Boa Vista para votar em no Amajari.

Diante disso, entre os dias 23/09/2024 e 05/10/2024, tanto Adelson quanto Jardeane fizeram inúmeras transferências bancárias via Pix para todas as pessoas que necessitavam de combustível ou de transporte para votarem no Amajari.

Registre-se também que uma das pessoas que realizavam os pagamentos é a irmã do Adelson, chamada Tatiane Soriano da Silva, pessoa de confiança do Adelson e quem possui a “chave do cofre”.

Nesse sentido, o TRE poderá comparar o pleito de 2024 com os pleitos anteriores e constatará que existe um crescimento exponencial de transferências de votos para Vila do Tepequém, Vila Brasil (sede do Município) e Vila dos Três Corações (BR 174), sendo que, o referido levantamento de nomes que somente o TRE poderá realizar, sendo cruzados com os pagamentos efetuados por Adelson Soreano, Tatiane Soreano e Jardeane Souza, comprovará a compra de votos e pagamento de todos os custos para transporte de eleitores.

Esses dados reforçam a suspeita de que houve um esquema financeiro para incentivar a transferência de eleitores e a captação ilícita de sufrágios, configurando grave prática de abuso de poder econômico.

Para a completa elucidação dos fatos e confirmação da origem e destinação desses recursos, requer-se a quebra de sigilo bancário dos mencionados, o que permitirá verificar as transações financeiras e apurar as evidências de compra de votos. Esse pedido de quebra de sigilo é uma medida essencial para investigar a abrangência da prática e sua influência no resultado do pleito.

Assim, fica claro que a combinação de transporte de eleitores, registros eleitorais artificiais e a manipulação de recursos públicos e privados configura abuso de poder econômico e político, comprometendo a legitimidade do processo eleitoral e demandando a aplicação das sanções legais cabíveis para preservar a integridade do pleito e a igualdade entre os concorrentes. Em períodos eleitorais, o uso desproporcional de recursos para favorecer uma candidatura é estritamente proibido, pois desequilibra a disputa.

A Constituição Federal, no art. 14, e a Lei das Eleições (Lei nº 9.504/1997), estabelecem a necessidade de igualdade entre os candidatos. O uso de recursos financeiros públicos sem autorização ou de forma irregular cria um ambiente eleitoral desigual, favorecendo o candidato que detém o controle sobre esses recursos em detrimento dos demais concorrentes.

Nesse contexto, a prática descrita infringe a isonomia entre os candidatos, o que caracteriza abuso de poder econômico, pois utiliza-se da vantagem econômica (recursos públicos) para influenciar o eleitorado e distorcer o processo democrático.

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) tem jurisprudência consolidada que considera o abuso de poder econômico como uma das mais graves irregularidades eleitorais, podendo levar à cassação do registro de candidatura ou diploma e à inelegibilidade do candidato, conforme a Lei Complementar nº 64/1990 (Lei das Inelegibilidades).

3. DA QUEBRA DE SIGILO BANCÁRIO DE adelson soriano da silva, tatiane soriano da silva e jardeane araújo de souza

Há fortes indícios de que a remuneração dos eleitores transferidos para o município de Amajari/RR, com o objetivo de beneficiar uma candidatura específica, foi organizada por meio de transações financeiras realizadas a partir de contas bancárias vinculadas à ADELSON SORIANO DA SILVA, TATIANE SORIANO DA SILVA E JARDEANE ARAÚJO DE SOUZA. Estes indícios apontam para um esquema financeiro que objetivava a captação ilícita de votos e a alteração artificial da composição do eleitorado local, o que configura grave prática de abuso de poder econômico.

A quebra de sigilo bancário das contas vinculadas aos mencionados é medida imprescindível para que se possa esclarecer a origem e a destinação dos recursos empregados, bem como identificar eventuais pagamentos efetuados a eleitores com a finalidade de influenciar o resultado do pleito. A investigação bancária é necessária, uma vez que somente por meio de análise detalhada das movimentações financeiras será possível confirmar se houve, de fato, a prática de compra de votos e outras ações destinadas a desequilibrar o processo eleitoral.

A medida de quebra de sigilo bancário é respaldada pela jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que admite tal providência em casos de indícios robustos de abuso de poder econômico, com o objetivo de garantir a integridade do processo eleitoral e assegurar que a vontade popular seja respeitada. Assim, requer-se a quebra de sigilo bancário das contas de ADELSON SORIANO DA SILVA, TATIANE SORIANO DA SILVA E JARDEANE ARAÚJO DE SOUZA, a fim de viabilizar a coleta de provas que esclareçam os fatos e confirmem a materialidade dos atos ilícitos aqui denunciados.

Dessa forma, o presente requerimento busca não apenas o esclarecimento dos fatos, mas também a proteção da lisura e da isonomia do processo eleitoral, valores essenciais à democracia e ao exercício pleno da cidadania.

4. TRANSFERÊNCIA ILEGAL DE VOTOS

O Código Eleitoral Brasileiro em seu artigo 290, reprime a atitude de induzir alguém a se inscrever eleitor com infração de qualquer dispositivo deste Código, ou seja, é ilegal inscrever eleitor em município diverso do que ele habita com o intuito de angariar votos.

Infelizmente, tal situação não é novidade no Estado de Roraima, tendo em vista que no ano de 2012, o Tribunal Regional Eleitoral de Roraima transferências irregulares de votos para os municípios de Alto Alegre, Bonfim, Cantá e Normandia, sendo que somente no Cantá, 115 eleitores declararam falsamente possuir domicílio neste município, contudo, os oficiais de justiça do TRE constataram que os cidadãos nunca moraram nos endereços registrados e não possuíam vínculo algum com o município.

O Tribunal Regional Eleitoral entende que o eleitor só pode solicitar a transferência para determinado município caso mantenha algum vínculo com a cidade, seja social, político ou econômico. Na ausência de algum vínculo, a transferência é considerada fraudulenta e constitui crime.

Outrossim, quem induz o eleitor a transferir o título para um município sem o qual tenha algum vínculo também comete crime, cuja pena pode chegar até 2 anos de reclusão, além de multa.

Compete rememorar que nas listas de nomes acima citados, várias pessoas moram, trabalham, estudam e declaram em suas redes sociais que moram em Boa Vista, porém, no ano de 2023-2024, transferiram seus domicílios eleitorais para o Município de Amajari, mais precisamente para a Vila do Tepequém, Vila Brasil (sede do Município) e Vila dos Três Corações (BR 174), com o simples intuído de ganhar dinheiro votando na candidata Núbia Costa Lima, uma vez que não possuem nenhum vínculo com o município que possa justificar tal mudança.

A presente denúncia conta com a apuração afundo do que se expõe no presente petitório, vez que, no momento em que o Tribunal Regional Eleitora de Roraima, Ministério Público Eleitoral e Polícia Federal levantarem todas as pessoas que transferiram os votos para o município do Amajari e cruzarem as informações com local de trabalho, residência e até mesmo com local de estudos, surgirá a plena certeza da verdade que aqui se afirma, ou seja, a transferência de domicílio eleitoral influenciou diretamente as eleições do município de Amajari.

Como dito anteriormente, a candidata Núbia Lima possuía nas eleições de 2016 apenas 1.547 votos e 2020 apenas 1.548 votos, sendo um crescimento de apenas 1 voto em duas campanhas. Já no pleito de 2024 a candidata aparece com 3.127, com um aumento cavalar de aproximadamente 102%, ou seja, a candidata teve um aumento de 1.579 votos.

Diante disso, é válido relembrar que em 2012, o município possuía 4.753 eleitores, já em 2016 o município Amajari possuía 5.439 eleitores, em 2020 possuía 5.172 leitores e em 2024 possui 7.545 eleitores. Nesse raciocínio temos que do ano de 2012 para 2016 aumentou 686 eleitores, representando um crescimento aproximado de 14,43%; de 2016 para 2020 ocorreu uma diminuição para 267 eleitores e no pleito de 2024 ocorreu um aumento de 2.282, representando um aumento exponencial de aproximadamente 45,88%.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE assim registrou:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **ESTIMATIVAS DA POPULAÇÃO RESIDENTE NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS** | | |
|  | | |
| **ANO CENSO** | **POPULAÇÃO** | **CRESCIMENTO EM RELAÇÃO AO ANO ANETRIOR** |
|  | | |
| 2011 | 9.937 | - |
| 2012 | 9.936 | 1 |
| 2013 | 10.432 | 496 |
| 2014 | 10.721 | 289 |
| 2015 | 11.006 | 285 |
| 2016 | 11.285 | 279 |
| 2017 | 11.560 | 275 |
| 2018 | 12.394 | 834 |
| 2019 | 12.796 | 402 |
| 2020 | 13.185 | 389 |
| 2021 | 13.561 | 376 |
| 2022 | 13.927 | 366 |
| 2023\* | 13.927 |  |
| 2024 | 15.583 | 1.656 |
| **\* CENSO 2022** | | |

Ao comparar o crescimento eleitoral entre 2012 e 2024, observa-se que a quantidade de eleitores em crescimento é extremamente maior que a quantidade de crescimento populacional, principalmente quando se compara o pleito de 2020 com o pleito de 2024, restando confirmado que as transferências irregulares de domicilio afetaram diretamente as eleições do dia 06/10/2024, fazendo com que a candidata Núbia Lima crescesse 1.579 votos, representando um aumento de 102% no seu suposto eleitorado.

Por fim e apenas para registro, tal fato já ocorrera no pleito do ano de 2004, no qual o candidato Paulo Rodrigues Wanderley ingressou com ação para investigação judicial eleitoral para apurar transferência irregular de domicílio eleitoral, sendo que o TRE julgou procedente a ação e empossou o referido candidato ao cargo de prefeito municipal em 2006.

Diante disso, resta mais do que evidente que ocorreu um crime eleitoral que prejudicou diretamente a concorrência entre os candidatos ao cargo de prefeito do município de Amajari, devendo a presente peça ser deferida, caçada a diplomação da prefeita eleita Núbia Costa Lima, tornando-a inelegível. Defendo, por consequência, convocar o candidato Kleudison Mota Wanderley para ser diplomado e empossado no cargo de prefeito.

5. transporte ilegal de eleitores

O Município de Amajari se localiza 155 km de distancia da Capital Boa Vista, sendo o seu acesso pela rodovia BR 174, que gera um percurso de 100km e pela RR 203 com mais 55 km.

Como anteriormente, as transferências irregulares de domicílio eleitoral ocorram principalmente para três localidades, quais sejam: Vila dos Três Corações (km 100 da BR 174); Vila Brasil (sede do município do Amajari) e Vila do Trairão.

A rota de transporte irregular de leitores foi traçada de forma simples, pois obrigatoriamente o ônibus entra para o município do Amajari pela Vila dos Três Corações, local onde deixou e buscou vários eleitores, e, posteriormente o ônibus se dirigiu para a Vila Brasil, sede do município de Amajari, local onde ficou estacionado e aguardando ordens para retornar com os eleitores para Boa Vista/RR.

Tal situações foi objeto de denúncias nas mídias do Estado de Roraima e está sendo também denunciada na presente peça, seguindo anexo vários vídeos que comprovam o todo o trajeto realizado na calada da noite para despistar fiscalização.

O transporte irregular denunciado ocorreu por parte da candidata Núbia Costa Lima, demonstrando mais uma vez o seu poder econômico para comprar votos e fraudar o resultado das eleições 2024, defendo responder pelo crime cometido e recair sobre ela o rigor da lei.

6. indusir indigena a votar na candidata núbia costa lima

Como se pode observar o cardápio de crimes eleitorais perpetrados pela candidata Núbia Costa Lima não se limita apenas a transferência irregular de domicílio eleitoral ou transporte irregular de eleitores, ou captação ilícita sufrágio, a candidata conseguiu até fazer indígenas votarem nela.

A inusitada situação se deu com indígenas que não dominam a língua portuguesa, mas que retiraram seu título de eleitor e precisavam de interprete para realizar o nobre direito constitucional de escolher seu governante.

Os indígenas foram conduzidos para votação por assessores da candidata Núbia Lima, sendo que estes os acompanharam até as urnas para que realizassem seu voto. Vejamos as fotos:

As filmagens também serão anexadas demonstrando a abordagem momentos antes de entrar na sessão de votação, contudo, sabe-se que é proibido entrar na sessão portando celular, tornando impossível demonstrar o acompanhamento dos indígenas com o interprete no momento de escolher o candidato na urna.

Cabe registar a própria Núbia Cota Lima promoveu a retirada dos títulos de eleitor dos indígenas, bem como, sabe-se que o indígena pode votar acompanhado de interprete, entretanto, esse interprete deve ser do TER e não da candidata Núbia Costa Lima, motivo pelo qual se possui convicção que os votos dos indígenas foram induzidos.

5. INDICAÇÃO DE DEMAIS PROVAS A SEREM PRODUZIDAS

Considerando a possibilidade de instauração da AIJE, requer-se desde já a produção das seguintes provas para instrução do processo, na forma do art. 22, inc. VI e VIII, da LC 64/1990:

* A disponibilização, pela Justiça Eleitoral, da relação de eleitores que mudaram seu domicílio para Amajari desde janeiro de 2023 até maio de 2024, com o endereço indicado como suposto domicílio e o domicílio eleitoral anterior;
* A Quebra de sigilo bancário de ADELSON SORIANO DA SILVA, TATIANE SORIANO DA SILVA E JARDEANE ARAÚJO DE SOUZA, desde janeiro de 2023 até o dia 06 de outubro de 2024, a fim de verificar a existência de transferências bancárias para os eleitores recém-transferidos para Amajari/RR.

6. DOS PEDIDOS

Ante o exposto, requer:

1. a **citação** dos interessados, bem como do Ministério Público Eleitoral;
2. que sejam determinadas as diligências requisitadas pelo autor, tais como:

**b1**. A disponibilização, pela Justiça Eleitoral, da relação de eleitores que mudaram seu domicílio para Amajari desde janeiro de 2023 até maio de 2024, com o endereço indicado como suposto domicílio e o domicílio eleitoral anterior;

**b2.** A Quebra de sigilo bancário de ADELSON SORIANO DA SILVA, TATIANE SORIANO DA SILVA E JARDEANE ARAÚJO DE SOUZA, desde janeiro de 2023 até 06 de outubro de 2024, a fim de verificar a existência de transferências bancárias para os eleitores recém-transferidos para Amajari/RR;

1. seja julgada **totalmente procedente** a presente Ação de Investigação Judicial Eleitoral, a fim de que seja declarada a cassação do registro e/ou diploma da candidata beneficiada Núbia Costa Lima, bem como a inelegibilidade de todos os requeridos, com arrimo no art. 22, caput, c/c o art. 24, ambos da LC nº 64/1990;
2. seja convocado para ser diplomado pelo TRE o candidato Kleudison Mota Wanderley, bem como, para os demais atos inerentes à investidura ao cargo de prefeito municipal;

Por fim, requer que todas as publicações e intimações referentes ao feito sejam realizadas em nome dos advogados Lucca Fernandes Albuquerque, inscrito na OAB/AM sob o nº 11.712 e **VALDENEY DA SILVA CRUZ**, inscrito na OAB/RR 2399, com escritório profissional sediado na cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas, na Rua dos Angelins, nº 285, Conjunto Kyssia, bairro Dom Pedro, CEP 69.040-230, e na cidade de Boa Vista, capital do Estado de Roraima, na Rua São Silvestre, nº 510, Bairro Cinturão Verde, CEP 69.312-353, na forma do § 1º do art. 272 do Código de Processo Civil.

Termo em que,

Pede deferimento.

Amajari (RR), 12 de novembro de 2024.

|  |  |
| --- | --- |
| **LUCCA F. ALBUQUERQUE**  **OAB/AM 11.712** | **VALDENEY DA SILVA CRUZ**  **OAB/RR 2399** |

1. Consultado em <https://www.justicaeleitoral.jus.br/++theme++justica_eleitoral/pdfjs/web/viewer.html?file=https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-rr-amajari-resultado-da-votacao-2016/@@download/file/TRE-RR-7ZE-AMAJARI-resultado-da-votacao-2016.pdf> [↑](#footnote-ref-1)
2. Consultado em <https://www.tre-rr.jus.br/++theme++justica_eleitoral/pdfjs/web/viewer.html?file=https://www.tre-rr.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2020/eleicoes-2020-arquivos/tre-rr-amajari-resultado-da-totalizacao-2020/@@download/file/TRE-RR-AMAJARI-relatorio-resultado-totalizacao-2020.pdf> [↑](#footnote-ref-2)
3. Consultado em <https://g1.globo.com/rr/roraima/eleicoes/2024/resultado-das-apuracoes/amajari.ghtml> [↑](#footnote-ref-3)